

Maria Isabel João

**A FESTA CÍVICA
O TRICENTENÁRIO DE CAMÕES NOS AÇORES
(10 DE JUNHO DE 1880)**

Separata da Revista de História Económica e Social
1987

Introdução

O nosso estudo é um contributo para a compreensão das comemorações camonianas nos Açores, em 1880. Pretendemos tratar os seguintes problemas:

- 1) Os programas e a amplitude social dos festejos nos Açores;
- 2) As forças políticas que estiveram na base da organização dos festejos e a participação popular;
- 3) A representação da vida e obra de Camões que é divulgada através da imprensa e das palestras realizadas na ocasião;
- 4) A consciência patriótica e nacional que está subjacente aos discursos e de que modo as comemorações camonianas se inserem nela;
- 5) Se emerge algum tipo de consciência regional durante as comemorações ou se, pelo contrário, a tônica é nacionalista.

Não podemos tratar esta problemática sem esboçar, numa análise prévia, a conjuntura em que se inserem as comemorações camonianas, tanto no arquipélago como no continente e sem explicar o significado dos centenários como festa cívica e nacional.

A nossa análise é limitada pela falta de estudos sobre a sociedade açoriana na segunda metade do século XIX. Baseamo-nos, por isso, em diversas fontes com as quais temos trabalhado, mas insuficientes, dado o estágio inicial da nossa investigação.

As comparações com os festejos do continente, em especial de Lisboa, servem-nos para salientar algumas particularidades dos açorianos e esclarecer em que medida se inserem no contexto nacional da época.

As conclusões são as que julgamos possíveis nesta fase da nossa investigação e conhecimento dos problemas açorianos do século XIX.

1. A conjuntura das comemorações no continente e nos Açores.

A segunda metade do século XIX abre com a revolta de Saldanha e o pronunciamento militar do Porto, que conduzem o País a um período de estabilidade, após as constantes guerras anteriores, e de desenvolvimento capitalista.

A «regeneração» e a política económica de construção das infra-estruturas necessárias à modernização do País, conhecida por «fontismo», possibilitam um surto desenvolvimentista. Contudo, a sociedade portuguesa não consegue equiparar-se aos países do Norte da Europa. A agricultura permanece atrasada e não se processa a industrialização do País. Acentua-se a dependência em relação à Inglaterra. O endividamento e os défices das finanças públicas crescem em flecha. A corrupção e os escândalos lançam o descrédito sobre os governos e o Estado. O regime político, caracterizado pela alternância no poder de «regeneradores» e «progressistas» (rotativismo), demonstra ser incapaz de responder aos graves problemas do País. Os partidos esgotam-se em estéreis querelas. Como dirá mais tarde Guerra Junqueiro: «Dois partidos monárquicos, sem ideias, sem planos, sem convicções, incapazes, na hora do desastre, de sacrificar à monarquia ou meia libra ou uma gota de sangue, vivendo ambos do mesmo utilitarismo céptico e pervertido, análogos nas palavras, idênticos nos actos, iguais um ao outro como duas metades do mesmo zero, e não se amalgamando e fundindo, apesar disso, pela razão que alguém deu no parlamento — de não caberem todos de uma vez na mesma sala de jantar¹.»

Em suma: «A ordem clerical-nobiliárquica-mercantilista substitui-se a oligarquia fundiário-bancária, e também mercantilista, assente, como aquela, no que Sérgio chamou a política de transporte, e vivendo apoiada no contexto externo do capitalismo industrial e financeiro; pouco interessada, por isso, em modernizar o País de lés a lés, e até às raízes, a economia da Nação, em a vivificar em todos os sectores pela introdução das técnicas que poupam o trabalho e produzem em massa².»

A oposição, composta por liberais radicais, republicanos e socialistas, começa a agitar-se e as Conferências Democráticas do Casino (1871), proibidas pelo governo, são a expressão pública do facto. A par da situação interna, os acontecimentos internacionais contribuem para este despertar dos sectores republicanos e socialistas: a República Espanhola (1868), a República Francesa (1870) e a Comuna de Paris (1871).

Cresce a imprensa republicana e funda-se o Centro Republicano Federal (1873). O Partido Operário Socialista é fundado dois anos depois. O impacto e divulgação destas ideologias é ainda limitado.

Em 1876 rebenta uma grave crise financeira, que só foi vencida por volta de 1880³. É no contexto desta conjuntura que é eleito o primeiro deputado republicano pelo círculo do Porto (1878) e Teófilo Braga propõe nas páginas do

¹ Guerra Junqueiro, «Anotações, balanço patriótico», in *Pátria*, Lisboa, Europa-América, s. d., p. 40.

² Godinho, Vitorino Magalhães, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 2.ª ed., Lisboa, Arcádia, 1975, p. 155.

³ Oliveira Marques, *História de Portugal*, 2.ª ed., 2.º vol., Lisboa, Palas Editores, 1976, p. 20.

Comércio de Portugal, a 8, 9 e 10 de Janeiro de 1880, as comemorações do tricentenário de Camões, com a significação de uma «revivescência nacional». É, portanto, neste ambiente de crise nacional, a qual não é meramente conjuntural, mas agravada pela conjuntura, que devem ser explicadas as comemorações camonianas de 1880.

Nos Açores a situação sócio-económica também é difícil. As ilhas vivem de uma agricultura precária, onde sobressai a produção de cereais para autoconsumo e exportação para o mercado nacional e a laranja para a Inglaterra. À baixa produtividade somam-se más colheitas e depreciação do valor destes produtos nos mercados exteriores. As importações são superiores às exportações e o défice financeiro não é já compensado pelas remessas dos emigrantes no Brasil⁴.

A imprensa açoriana do final da década de 70 é unânime quanto à grave crise da economia do arquipélago. A crise é estrutural: as ilhas precisam de modernizar a agricultura, explorar os terrenos incultos e imensos baldios, que durante o século XIX foram ferozmente disputados, originando a sua vedação muitos «derrubamentos», sobretudo na Terceira, e reconverter as plantações de laranja noutras concorrenciais. Só no último quartel do século se dá este processo de reconversão pela batata-doce para fabrico do álcool, ananases, chá, espadana e tabaco. Na ilha de São Miguel situam-se, então, a maior parte destas produções e as poucas indústrias açorianas: fábrica de tabacos micaelense (1866) e de destilação do álcool.

A falta de créditos é outro problema sério. Nas ilhas não existem bancos e os grandes comerciantes emprestam dinheiro a juros altos. Em 1876 o Banco de Portugal estabelece, em Ponta Delgada, uma espécie de agência dirigida por Francisco Xavier Pinto (continental), que trabalhava à comissão⁵; antes, em 1867, tinha-se fundado uma sociedade de socorros que emprestava a 6%. Um artigo do *Correio Micaelense*⁶, de 10 de Janeiro de 1879, critica o sistema bancário português, porque privilegia os «grossos financeiros de Lisboa» e deixa sem créditos os outros.

A falta de comunicações regulares inter-ilhas e com o continente agravam a situação, porque dificultam os intercâmbios comerciais e mesmo a chegada de cereais em momentos graves, nas chamadas «crises de subsistências», as quais originam não raros tumultos e motins populares ao longo do século. Datam de Julho de 1856 as primeiras carreiras a vapor entre os Açores e o continente, pela Companhia União Mercantil. Só na década de 70 a Empresa Insulana de Navegação realiza carreiras mais regulares, apesar de a qualidade de serviços prestados ser muito contestada pelo público, dando origem a violentos artigos na imprensa contra os atrasos e o desleixo com que este «monopólio» trata os passageiros e as mercadorias.

Os Açorianos sentem-se desprezados pelo poder central, devido às múltiplas carências das ilhas: o desejado progresso sócio-económico não se faz, porque, na sua perspectiva, a Administração não cuida dos interesses insulanos,

⁴ *O Angrense*, n.º 1723, ano XLI, 21 de Março de 1878.

⁵ Riley da Moia, A. Augusto, *O Dr. Botelho e o Seu Tempo*, Ponta Delgada, 1954, p. 87.

⁶ *Correio Micaelense*, Órgão do Partido Popular e Progressista, Ponta Delgada, n.º 26, 2.ª série, ano XXXIII, 10 de Janeiro de 1879.

promovendo as obras públicas tão reclamadas — estradas, portos, faróis para a navegação, «encanamento» de águas, etc., incentivos ao investimento, escolas e comunicações adequadas entre as ilhas e o continente. Os impostos são a gota de água que faz transbordar a raiva geral e originam tumultos populares, com assaltos e destruição de secretarias públicas. A imprensa regional é, em geral, porta-voz destes lamentos, que depressa se transformam em brados contra o poder central. O jornal *A Independência* exprime esse descontentamento, em 22 de Maio de 1873, nestes termos contundentes:

O descontentamento dos açorianos para com o governo de Portugal, sempre exigente e opressor, existe já há muito tempo, e tem ido crescendo, crescendo, de sorte que está muito próximo do desespero. [...] Se insistir em cobrar intempestivamente os impostos e não tratar de atenuá-los, ser-lhe-á impossível obstar a que o povo açoriano volte para sempre as costas à mãe-pátria, que para ele tem sido há muito uma desapiedosa madrastra. Se houver tumultos, desordens e, por fim, uma separação completa da metrópole, por tudo será responsável o governo de Portugal e ninguém mais⁷.

E continua a sua campanha cada vez mais acerba:

Em suma: querem os açorianos deixar de ser oprimidos, vexados e espoliados? Digam por uma vez ao governo da metrópole: queremos a descentralização dos poderes; queremos pertencer a Portugal, mas governar em nossa casa e despender segundo as nossas posses e não segundo a voracidade do fisco; queremos assim um novo pacto social; aceitai esse pacto, firmai-o, e viveremos como bons irmãos, filhos da mesma pátria; senão, deixai-nos em paz, que já não temos paciência bastante para sofrer com resignação as vossas demasias⁸.

A imprensa dos partidos do regime também faz coro contra a metrópole. É o caso de *O Angrense*, órgão do Partido Progressista, «definitivamente organizado» em Janeiro de 1877 nos Açores:

Precisa ser prontamente reformada a administração pública nesta ilha; a menos que o governo queira transformá-la num deserto com a emigração ou numa colónia inglesa ou americana com o incremento das doutrinas separatistas. [...] Havemos de clamar bem alto contra este estado de cousas, que nos desmoraliza, contra esta situação que até faz perder um dos sentimentos mais fortes no homem: o amor da pátria. [...] ⁹.

É neste contexto regional específico, que esboçamos de forma grosseira, marcado pela crise sócio-económica e um crescente descontentamento, enquadrado pelos problemas nacionais e o impacte das experiências republicanas espanhola e francesa, que se irá travar a luta do «tubarão» e da «sardinha», em 1873,

⁷ *A Independência*, Angra do Heroísmo, n.º 105, ano III, 22 de Maio de 1873.

⁸ *Ibidem*, n.º 106, ano III, 29 de Maio de 1873.

⁹ *O Angrense*, n.º 1863, ano XLI, 13 de Janeiro de 1877.

nas eleições municipais do distrito de Ponta Delgada e a divulgação do ideário republicano e socialista.

A designação por que ficaram conhecidos na época os dois grupos concorrentes às eleições é bastante expressiva: os «tubarões» eram os conservadores, oriundos das famílias dos agrários micalenses, na sua maioria representantes da aristocracia local; enquanto a «sardinha» representava os sectores liberais mais radicais, setembristas e homens em foco durante as repercussões da «Maria da Fonte», na ilha, e os grupos de republicanos e socialistas emergentes.

A «sardinha» tinha surgido no seio das numerosas sociedades que existiam em Ponta Delgada, as quais associavam a pequena burguesia dos serviços, do comércio e os «artistas», designação da época para os operários e artífices especializados. O objectivo dessas sociedades, como a Sociedade Promotora do Progresso e a Sociedade Recreativa, era instruir e recrear os seus sócios. Enquanto outras, como a Corporação dos Marítimos, Associação do Monte Pio e Sociedade de Socorros, tinham fins de assistência. Num artigo da *Revista Micaelense* afirma-se: «Era com as notícias que traziam os navios da Europa que os democratas de 73 da Sardinha nutriam os seus planos eleitorais para as eleições camarárias¹⁰.» As notícias de Espanha e França tinham forte eco e alimentavam controvérsias entre conservadores e o «partido popular», que na verdade não constituía um grupo bem organizado e definido.

No plano interno, a «sardinha» pugnava por obras, como o mercado do peixe, e alterações das contribuições consideradas excessivas pela maioria dos contribuintes. A «sardinha» ganhou as eleições camarárias e apresentou como candidato a deputado o Dr. Henrique Paula Medeiros. Os conservadores, sob pressão do governo, mobilizaram-se em força. O Dr. Caetano d'Albuquerque Bettencourt dizia numa carta a Pedro Jácome Correia:

São Miguel de hoje creia que já não é o São Miguel de outro tempo. Hoje considera o seu voto livre e independente para o poder dar a favor de quem muito bem quiser e portanto a maneira de trabalhar nestas coisas deve ser totalmente diferente da que era no tempo em que bastava um simples aviso para trazer à urna os votos de todos os amigos e dependências. Estarão todos os nossos convencidos já desta verdade incontestável? Infelizmente creio que não¹¹.

Estas palavras de um representante da oligarquia fundiária micalense expressam bem a mudança sensível que estava em curso na sociedade, sobretudo no meio urbano, a libertar-se de enfeudamentos políticos. Desta vez os «democratas» não elegeram o seu deputado, mas o caminho estava aberto e o Dr. Paula Medeiros foi deputado ainda nessa década.

Com a reorganização partidária processada no continente, os conservadores, artistas em geral, integraram-se no Partido Regenerador, e os liberais, setembristas e outros, no Progressista ou nas fileiras republicanas e socialistas, por uma evolução do seu ideário. Nas ilhas, os «tubarões» incorporaram-se no Par-

¹⁰ *Revista Micaelense*, n.º 3, ano 1.º, Novembro de 1918, p. 221.

¹¹ *Ibidem*.

tido Regenerador, e da «sardinha» saíram membros para o Progressista, os republicanos e socialistas.

As ideias republicanas tiveram neste período alguma divulgação no arquipélago. Em 1873, surgiu um semanário, *República*, distribuído em Vila Franca do Campo (São Miguel) e redigido pelo bacharel Francisco Félix Machado¹². A sua duração foi curta. Em Setembro de 1875, *A Independência*, publicado em Angra do Heroísmo, fazia a sua identificação política nestes termos:

[...] temos combatido sempre e continuamos a combater nas fileiras do partido progressista histórico, que ainda não riscou do seu credo a monarquia.

Que nos importa a nós que o partido histórico a não tenha riscado? Ela será obliterada por si mesma; ela cairá logo que vinguem e sejam praticados os princípios altamente liberais daquele partido [...] ¹³.

A política posterior do Partido Progressista, fundado nos Açores dois anos depois, não corroboraria esta ideia, e, certamente, alguns dos que assim pensavam passariam para as hostes republicanas. Em Agosto de 1878, *O Açoreano Oriental*, o mais antigo dos jornais portugueses¹⁴, publicou um veemente artigo contra a República e defendeu a ligação ao continente:

[...] aqui nos Açores é o nosso destino seguir a sorte do continente. O que lá se fizer, aqui se repetirá. Não elevamos nem abatemos ninguém do poder. Não é sincero propagar o contrário¹⁵.

Revela-se, deste modo, preocupado, por um lado, com a propagação das ideias republicanas e na obrigação de defender o governo que «pleníssima liberdade e muita ordem nos tem assegurado o actual governo», e, por outro, com a separação dos Açores em relação aos destinos do continente.

É, então, nesta conjuntura de descontentamento da região e de propagação das ideias republicanas, reflectindo o que se passa no continente, a par de uma progressiva libertação dos ilhéus da tradicional tutela dos agrários e da aristocracia local, que se irão integrar os açorianos no movimento de «revivescência nacional» das comemorações camonianas.

2. As comemorações dos centenários como festa cívica e nacional.

— Origens e significado dos centenários.

As comemorações nacionais surgiram na continuidade da Revolução Francesa e da ascensão da burguesia. Mirabeau e Talleyrand defenderam a «festa cívica», manifestação da vida colectiva, realizada com o pretexto de comemorar os «acon-

¹² *Arquivo dos Açores*, vol. II, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, reprodução fac-similada da edição de 1880, p. 496.

¹³ *A Independência*, Angra do Heroísmo, n.º 225, ano V, 9 de Setembro de 1875.

¹⁴ *Arquivo dos Açores*, vol. II, p. 486.

¹⁵ *O Açoreano Oriental*, Ponta Delgada, n.º 2263, ano 44.º, 13 de Agosto de 1878.

tecimentos antigos ou novos, públicos ou privados mais caros a um povo livre»¹⁶. Os seus fins são a educação, sobretudo das novas gerações, e a criação de laços de solidariedade.

Auguste Comte justificou a realização de comemorações nacionais no quadro da sua «filosofia positiva». A homenagem aos grandes homens transforma-se, na sua concepção, num autêntico culto religioso, substituto dos velhos dogmas da Igreja. Não se trata de um culto personalista, dado que a vida e obra dos génios é vista como parte de um movimento geral da sociedade e o seu melhor expoente. Comemorar as datas de nascimento ou morte de eminentes personalidades ou acontecimentos relevantes da história nacional adquire, deste modo, a dimensão de uma celebração dos momentos significativos da marcha «progressiva» de um povo.

É nestes termos também que Teófilo Braga defende a realização das comemorações em Portugal. Na sua obra, *Os Centenários como Síntese Afectiva das Sociedades Modernas*, sintetisa o seu pensamento neste extracto que transcrevemos, apesar de longo, pelo seu profundo significado:

O sentimento de veneração é uma das principais forças coordenadoras das sociedades humanas; sem ele a ordem seria uma violência material e nunca um acordo harmónico das vontades. [...] A Civilização, vencendo a estabilidade dos seus elementos tradicionais, confere a veneração ao *merecimento*. É neste momento da história que os Centenários dos Grandes Homens se tornam a síntese afectiva desta nova concórdia moral. Caíram os velhos mitos religiosos diante da concepção científica do universo; decalaram do seu estéril prestígio as classes privilegiadas; perderam o respeito as constituições anacrónicas da política empírica. Efectivamente, sob esta poderosa acção crítica do século, falta-nos um objecto da nossa veneração condigno da nossa altura moral.

O que dizia M.^{me} Staël restitui-nos o prazer da admiração, torna-se a urgente necessidade da nossa época, que reclama alguma coisa sobre que exerça o sentimento de veneração. Que objecto mais sublime do que a consagração social daqueles que exerceram a sua actividade, a sua afectividade e a sua inteligência elevando a espécie e fortalecendo-a pela consciência da sua solidariedade¹⁷?

Por conseguinte, as comemorações visam os seguintes objectivos: substituir os tradicionais objectos de veneração por outros mais adequados à nova ideologia (o «merecimento»); criar um estado de elevação moral e solidariedade em torno destes objectos venerados. Há aqui, como noutros textos de Teófilo Braga, a consciência clara da necessidade de erigir novos mitos — os quais não são entendidos como tal, mas como ideias científicas auridas do pensamento positivo. Através destes mitos dar-se-ia às massas, e quizá às elites, novos valores ideológicos de acordo com as concepções burguesas.

¹⁶ Duvigneud, Jean, *Fêtes et Civilizations*, Génève, Librairie Weber, 1973, p. 124.

¹⁷ Braga, Teófilo, *Os Centenários como Síntese Afectiva nas Sociedades Modernas*, Porto, Tip. A. T. da Silva Teixeira, 1884, pp. IX-X do prólogo.

É também por estas razões que se justificam os congressos e exposições — «os concílios e jubileus da inteligência e da actividade humana»¹⁸. Está em foco uma nova concepção do mundo, cujos pilares são a Ciência, a Indústria e a Nação, vista como «factor histórico de progresso». Teófilo Braga e os republicanos desta época, ainda eivados de ideias federalistas, não defendiam uma concepção misógina de nação. A nação, firmada pelas características individualizadoras de um povo, não devia servir para o isolamento ou a segregação em relação aos outros povos, mas para garantir o reconhecimento internacional e um lugar respeitado no mundo. O ideal visado é um alargamento das relações entre os povos e dos laços de solidariedade, conservando, contudo, a individualidade nacional. «À medida que os povos vão constituindo uma comunidade pelas relações comerciais e jurídicas, pela comunhão científica e pelas vantagens industriais, caem as barreiras materiais que separam as nações; o homem sente-se solidário perante a humanidade, e o velho preconceito, tão deploravelmente explorado do patriotismo, disciplina-se na conservação e desenvolvimento da característica nacional. O tipo e o carácter nacional são as condições estáticas que colaboraram na *vida histórica* de um povo ou a sua evolução dinâmica; à medida que a solidariedade humana se alarga, o agregado nacional mantém a sua fisionomia própria como factor histórico de progresso¹⁹.»

No mesmo artigo, Teófilo Braga afirma que «os centenários dos grandes homens são as festas das consagrações nacionais. Cada povo escolhe o génio que é a síntese do seu carácter nacional, aquele que melhor exprimiu essas tendências, ou que mais serviu essa individualidade étnica [...]»²⁰. Camões é o génio que melhor sintetisa, segundo o autor, as características portuguesas, por isso o seu centenário deve ser a «festa da nacionalidade portuguesa»²¹.

Nas comemorações exalta-se, assim, não o indivíduo ou o facto histórico concreto, mas símbolos de abstracções intemporais. Os vultos ou acontecimentos comemorados são desinseridos do seu contexto temporal, perdem historicidade e, por isso, tornam-se símbolos de ideias gerais, cuja força reside no facto de serem uma projecção de anseios colectivos:

- anseio de unidade e identificação, de ruptura com a solidão individual e de interacção no todo, através de realizações sentidas como colectivas;
- anseio de «glória», ou seja, de uma exaltação que transcende o indivíduo e permite o reconhecimento pelos outros.

Ser glorificado é ser reconhecido e exaltado pelos outros; glorificar é encontrar-se com os outros num acto que permite a identificação num todo, colectivo. O indivíduo participa também da «glória», através deste acto de glorificação.

As comemorações dos centenários dão resposta a estas necessidades psicológicas, possibilitando a «síntese afectiva» referida por Teófilo Braga no *Sistema*

¹⁸ Braga, Teófilo, «O Centenário de Camões em 1880», in *Revista de Philosophie O Positivismo*, dirigida por Teófilo Braga e Júlio de Mattos, 2.º vol., Porto, Livraria de Magalhães & Moniz, Editores, 1880, pp. 1-9.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 2.

²⁰ Idem, *ibidem*.

²¹ Idem, *ibidem*, p. 3.

de Sociologia, Marcel Mauss afirmou: «Une société se nourrit de la fausse monnaie de ses rêves²².» O sonho dos portugueses no início da década de 80 era acabar com esse presente de «apagada e vil tristeza...», construindo um futuro radioso. A força necessária vai-se, então, buscar ao passado. Erigem-se em mitos nacionais personagens e acontecimentos. O mito caracteriza-se por estar para além do tempo, porque é a expressão da essência das coisas; uma essencialidade a-histórica e a-social, porque se mantém constante ao longo dos séculos e transcende os indivíduos e as estratificações sociais. É desta natureza a ideia de «carácter nacional» ou de «individualidade de um povo» subjacentes ao nacionalismo. Camões, Voltaire, Calderon não são mais do que símbolos dessas ideias, eles-próprios mitificados. As suas vidas e obras são abstraídas da temporalidade, que constitui a sua carne, para serem enaltecidas meia dúzia de ideias-chave, que se supõe representativas da nacionalidade.

Comemorar o tricentenário de Camões é, deste modo, dar expressão social ao conjunto dessas ideias. A primeira e, decerto, a mais relevante, é a do «passado glorioso», cujos acontecimentos mais evocados são a batalha de Aljubarrota, a empresa da expansão e a restauração da independência. Os momentos de derrota são vistos de forma maniqueísta, como resultado da acção das forças do obscurantismo e da oligarquia nobiliárquico-eclesiástica: perda da independência em 1580, a Inquisição e factos correlativos, a submissão à Inglaterra e a situação do País na época.

Aljubarrota e a Restauração simbolizam a independência de Portugal e a afirmação da nacionalidade. Enquanto a expansão, simbolizada em diversas comemorações além da camoniana — comemorações do infante D. Henrique e da descoberta do caminho marítimo para a Índia, da descoberta da América por Cristóvão Colombo — é a projecção do sonho imperialista de uma pequena nação esmagada pelos imperialismos europeus e, sobretudo, humilhada pela dominação inglesa. Camões é, nesta linha de visão do passado, a personagem ideal:

- 1) É identificável com as «glórias» da expansão, porque participa nela como soldado e exalta-a nos seus cantos;
- 2) A sua obra-prima, *Os Lusíadas*, são uma fonte jorradora de mitos-pátrios, porque os vultos ilustres da nossa história são apresentados numa dimensão sobre-humana e os grandes acontecimentos narrados de forma épica;
- 3) A vida do poeta, atribulado pelo amor e pelo poder instituído, herói desprezado oficialmente, corresponde à imagem do País e do povo também capaz de grandes feitos, mas cerceado pela classe dominante no poder; a dimensão romântica, quase diríamos patética, de Camões-desprezado-desiludido, mas amante da pátria e fazendo todos os esforços para a elevar nos seus poemas, possibilita uma identificação afectiva com ele dos descontentes, e também desiludidos, com o regime;
- 4) Do ponto de vista de republicanos e socialistas da época, Camões representa a cultura «progressiva» do renascimento em relação ao «obs-

²² Citado por Jean Duvignaud, *ob. cit.*, p. 76.

curantismo» medieval; a sua obra foi, nalguns passos, vítima da censura inquisitorial; é, por isso, um símbolo de «progresso»;

- 5) Camões, três séculos antes, tinha condenado o presente de «apagada e vil tristeza...»; esta frase magoada tem plena actualidade para os homens do século XIX — a inoperância dos governos, a crise económica, a incultura dos portugueses, a corrupção e os escândalos políticos, o atraso técnico-científico e a subordinação ao estrangeiro são os traços realçados desse presente; a tónica é pessimista, de um pessimismo passivo, em geral, feito de palavras e poucos actos; falar dos «males nacionais» é ainda uma forma de exorcizá-los e, por isso, as palavras nem sempre conduzem à acção;
- 6) Camões simboliza, por fim, e, para além da nacionalidade, a universalidade, que é uma das aspirações mais caras dos federalistas da segunda metade do século; como já referimos, a ideia de nação não servia para isolar ou segregar, mas, ao contrário, para encontrar os pontos de contacto e as solidariedades possíveis num mundo caracterizado pela diversidade.

A universalidade de *Os Lusíadas* e do seu autor apresenta-se de duas formas: primeiro, integra-se na cultura europeia e na epopeia da expansão marítima; segundo, realiza uma subtil fusão entre o Oriente e o Ocidente, através do cosmopolitismo que lhe é próprio.

As comemorações camonianas foram, por conseguinte, um momento privilegiado para a exaltação nacionalista. Os nacionalismos caracterizam-se por um fundo ideológico comum, patente em quatro temas básicos: «soberania, unidade, passado histórico e pretensão à universalidade»²³. A exaltação da soberania é clara na obra de Camões, como nos propósitos que animam as comemorações. Os seus símbolos são, como vimos, Aljubarrota, a Restauração e, de um modo geral, todos os acontecimentos gloriosos da história portuguesa. A unidade é um objectivo fundamental das comemorações e Camões tem, segundo Teófilo Braga, a capacidade de consegui-la: «[...] Camões teve o poder de provocar a simpatia social, é esse o carácter imperecível da sua obra, que não se atrasa, porque exerce cada vez mais o grande influxo de convergência afectiva»²⁴. Acentua ainda que a relação existente entre o poeta e a nacionalidade transparece nos momentos graves para a nação e a democracia, nos quais Camões serviu de bandeira para exprimir condenação. Trata-se, portanto, de uma unidade contra a opressão e os inimigos da soberania nacional. O passado histórico, expurgado dos aspectos negativos, é exaltado como afirmação da nacionalidade e das potencialidades do povo, que já realizou grandes feitos e será, por isso, capaz de outros para mudar a situação do País. A pretensão à universalidade é bem evidente na escolha de Camões, mas também na tenaz exaltação da expansão marítima e colonização de outros povos, processos indissociáveis na história. Há aqui uma atitude imperialista em relação aos povos africanos

²³ *Encyclopédia Universalis*, «Nation», vol. 11, 9.ª ed., Paris, 1968.

²⁴ Braga, Teófilo, *Camões e o Sentimento Nacional*, Porto, Casa Editora Lugan & Genelioux Sucessores, 1891.

e de defesa dos «direitos históricos» dos portugueses face aos expansionistas europeus.

Os centenários podem assumir, para além da feição nacionalista, uma dimensão realmente nacional, através da convergência da maioria dos grupos e estratos sociais em torno de um objectivo comum. É o caso das comemorações camonianas de 1880, realizadas numa conjuntura de crise da sociedade portuguesa que galvanizaram largos sectores da população e o entusiasmo geral. A atitude negativa do poder e da oligarquia dominante não foi suficiente para gorar os festejos, que se saldaram numa vitória para a oposição e deram projecção a personalidades como Teófilo Braga e Ramalho Ortigão.

— Os centenários como festa cívica e nacional.

As comemorações nacionais e, em particular, os centenários são normalmente considerados como festas. É complexo elaborar uma definição da ideia de festa, porque se refere a um conjunto variado de manifestações e de actividades humanas. Podemos abstrair duas características comuns às festas, em geral: o carácter festivo e a cerimónia. O primeiro manifesta-se nas formas de evasão ao quotidiano e de prazer ou gozo, que são fundamentais para falarmos de festa; o segundo, está presente no ritual, mais ou menos estereotipado e conservado pelos costumes, que a acompanha.

A festa é, ao mesmo tempo, uma manifestação de transgressão e de respeito²⁵, composta de múltiplas actividades — encontros, desfiles, decorações, iluminações, refeições e bebidas, confraternizações, liberdades próprias do período festivo... A festa decorre num tempo consagrado e tem um carácter simbólico: a festa do Natal simboliza, por um lado, o nascimento de Cristo e, por outro, a família. A festa é sempre um acto colectivo, cuja função consiste em reforçar os laços que unem o grupo. Distingue-se do puro espectáculo porque implica a participação.

f Esboçadas as características mais gerais que andam associadas à ideia de festa, podemos analisar se estão presentes, e em que medida, nas comemorações dos centenários. O carácter festivo está patente de diversos modos: é feriado ferial, do trajar aos actos desse dia há uma evasão à rotina, o encontro com familiares e amigos ou com as multidões nas ruas contribuem para um clima de simpatia, as decorações domésticas e públicas, a ostentação de símbolos, os «comes e bebes» especiais e outras actividades dão o tom de festividade. Os desfiles, os discursos patrióticos, a agitação das bandeiras e símbolos, os cânticos e *slogans* gritados em coro pela multidão fazem parte do cerimonial dos centenários. Festividade e cerimónia contribuem para reforçar a solidariedade e coesão do grupo nacional.

Há uma ritualização dos actos públicos, que irmana os indivíduos na mesma comunidade de tradições e hábitos, por vezes ancestrais. Os ritos comemorativos caracterizam-se por actividades evocativas da unidade e soberania da nação — desfiles da população e desfiles militares; por outras de exaltação da

²⁵ Caillois, Roger, *O Homem e o Sagrado*, Lisboa, Edições 70, 1979.

vida e obra da personagem homenageada ou do acontecimento celebrado — palestras, exposições, descerramento de bustos e lápides; e, ainda, pela ostentação de símbolos nacionais. As comemorações apresentam um carácter sincro-dia-crónico, no sentido em que criam uma ligação entre o desenrolar do tempo ordinário e as representações ou símbolos situados fora do tempo.

A comemoração dos centenários exterioriza o respeito pelo «génio nacional», concretizado no homenageado, pelos grandes feitos do passado e momentos de «glória nacional». Pretende-se, deste modo, reforçar a coesão nacional e dar-lhe vitalidade. A tónica do respeito prevalece sobre a transgressão neste tipo de festas. Não se trata de pôr em causa os valores essenciais e a ordem, mas de reafirmá-los nessa manifestação colectiva.

A rotina diária faz esquecer certos valores, ideias ou crenças que mantêm a unidade do grupo e a ordem. Trata-se, por isso, de lembrá-los e erigir-lhes um pedestal de veneração pública. Há nestas manifestações uma similitude com os cultos religiosos: como estes cultivam mitos, se referem a coisas omnipresentes e intemporais, servem para manter a coesão do grupo e a ordem. As entidades veneradas não são mais terrenas que as religiosas, porque as suas acções situam-se nas alturas, nos cumes inatingíveis pelo cidadão comum. Dessas manifestações colectivas emana uma força mágica, que generaliza a crença na Nação e predispõe a todos os sacrifícios pela pátria.

«Tous les corps ont le même branle, tous les visages ont le même masque, toutes les voix ont le même cri... A voir sur ses bouches la preuve de sa certitude, chacun se sent emporté, sans résistance possible, dans la conviction...»²⁶ Esta descrição de Marcel Mauss reporta-se à festa religiosa e ao «mana» que une todos os indivíduos «num só corpo e numa só alma», pode ser aplicada, em certas circunstâncias, ao estado produzido no corpo nacional por uma ameaça à soberania ou uma crise grave. É nesses momentos que a exaltação dos mitos-pátrios e a comunhão do grupo atinge o ponto culminante.

A comemoração dos centenários é, pelas razões apontadas, uma festa com duplo carácter: cívico e nacional. A designação de cívica pretende distingui-la, por um lado, da festa religiosa e, por outro, vincar o seu carácter laico de festa dos «cidadãos». Designa-se por nacional porque o objecto desta manifestação é a Nação e se pretende uma identificação de todos os cidadãos com os acontecimentos festejados.

Na verdade nem sempre as comemorações, ou outras quaisquer festas nacionais, conseguem unir e galvanizar toda a nação. No caso das comemorações camonianas isso aconteceu: a participação excedeu todas as expectativas e a sociedade portuguesa, enquanto corpo nacional, reagiu à «prova do espelho», como queriam os promotores²⁷. A explicação deste facto remete-nos para a conjuntura que traçamos, nas suas linhas gerais, na primeira parte: crise grave da economia e da sociedade portuguesa, agravada pela falta de perspectiva e pelo desencanto face à ineficácia do regime. A tónica pessimista da imprensa

²⁶ Duvignaud, Jean, *Idem*, p. 128.

²⁷ Santos, Francisco Reis, «O movimento republicano e a consciência nacional», in *História do Regimen Republicano*, dirigida por Luis de Montalvor, vol. I, Lisboa, Empresa Editorial Ática, 1922, p. 291.

e dos discursos públicos criam um vazio que predispõe a população para se agarrar ao passado, sobretudo se aparece tão «glorioso», e a venerar os seus mitos. Trata-se também de uma demonstração contra o governo, através de uma personagem que, como Teófilo Braga evidenciou, aparece ligado aos momentos graves da nossa história e se tinha criado a tradição de erguer como bandeira de protesto nas alturas de crise: «O nome de Camões está ligado não só à restauração da independência nacional de 1640, como a todos os factos em que a liberdade truncada pelo despotismo procurou afirmar-se²⁸.» As comemorações camonianas assumiram, portanto, o duplo carácter de respeito e transgressão; respeito pelo passado, pela Nação e transgressão da ordem estabelecida pelo regime monárquico para fazer reviver os valores nacionais. Foi certamente desta aliança que brotou a sua força e dinamismo.

O carácter laico dos festejos previstos pela comissão organizadora de Lisboa é salientado pelo Dr. Francisco Reis dos Santos: «O programa da imprensa *sem as inevitáveis cerimónias religiosas* [...] [itálico nosso] e a desconfiança da Igreja que não se associou aos festejos. «Só mais tarde é que se soube que nesta estranha e retumbante sinfonia não tinham entrado, por expressa determinação dos priores das freguesias, os repiques dos inúmeros sinos da capital²⁹.»

A institucionalização das festas nacionais transforma-as em agentes de manutenção da ordem. A sua função é, então, relembrar aquilo que é preciso manter para sempre e contribuir para conservar as mudanças efectuadas num momento histórico — o 14 de Julho e o 25 de Abril, por exemplo. Estes acontecimentos foram autênticas festas populares e galvanizaram as nações francesa e portuguesa. Contudo, à medida que o tempo decorre e os «sonhos» se estilhaçam, estas datas, instituídas em festa nacional, não galvanizam com o mesmo ímpeto a nação nem conseguem esbater as divisões. Não se dá a exaltação colectiva e a comunhão que caracterizam realmente a festa. «Brisée, la fête se disloque en émentes, en beuveries, en rêvasseries dégradantes, en parades militaires e belliqueuses, formes triviales et 'bourgeoises' du rêve perdu³⁰.» Aquilo que se conserva do carácter festivo e popular dos festejos originais passa-se normalmente à margem das comemorações oficiais, nas manifestações mais espontâneas e livres.

O 10 de Junho, instituído em 1880, tem-se mantido através de sucessivas mudanças políticas. Mantém-se como símbolo da nacionalidade, mas não tem escapado às conotações ideológicas que os regimes lhe têm querido colar. Não mobiliza, portanto, do mesmo modo que em 1880, a Nação. Aquele estado de «simpatia social», «síntese afectiva», referido por Teófilo Braga, imprescindível para a festa, não caracteriza as comemorações actuais. O carácter festivo é suplantado pelo ritual das cerimónias oficiais. Aliás, as festas cívicas e nacionais são escassas em Portugal e pouco mobilizadoras das massas; as festas religiosas enchem o nosso calendário e desempenham o papel realmente festivo.

As festas cívicas e nacionais implicam a existência de um povo definido pela cidadania e de uma ideologia burguesa com eficácia social (caso da França,

²⁸ Braga, Teófilo, «O centenário de Camões em 1880», p. 299.

²⁹ Santos, F. Reis, *ob. cit.*, pp. 294 e 299.

³⁰ Duvignaud, Jean, *ob. cit.*, p. 130.

por exemplo). Aqui, as sucessivas tentativas para construir essa situação falharam: «Esses esforços no sentido de forjar um povo definido pela cidadania e pela promoção cultural foram brutalmente cortados e a obra realizada — capela imperfeita, pelos obstáculos suscitados pela Grande Guerra e pelas reacções ditatoriais monárquicas — foi sistematicamente demolida. 1926, e sobretudo 1928 — advento de Salazar —, foi o atabafar, pela estrutura tradicional, dessa tentativa para fazer entrar Portugal na modernidade³¹.» Pensamos que Portugal permanece assim ao nível da festa, expressão significativa da mentalidade e da cultura de um povo, num estádio arcaico, próprio do Antigo Regime, com o calendário pontilhado de festas religiosas e de feriados assaz excessivos. Prova evidente de que os valores do capitalismo moderno, apresentados por Max Weber³², penetraram de forma incipiente o comportamento popular. O caso dos Açores é expressivo: além de múltiplas festas que já não se realizam no continente, como os «bodos de leite», «bodos de pão e vinho», festas do Espírito Santo, acompanhadas de dádilas e banquetes, como as famosas «sopas do Espírito Santo», ainda durante oito dias por ano cada freguesia paralisa as outras actividades para realizar a sua festa em honra do santo patrono. Misto de festas cristãs e pagãs, verdadeiramente populares e apreciadas, a tradição mantém-se muito viva e indica a persistência de mentalidades ancestrais. Neste contexto é difícil, por conseguinte, a festa cívica ter uma forte expressão nacional e popular. Os santos patronos têm uma eficácia mágica inigualável pelos símbolos nacionais, o que não é indicativo de falta de patriotismo dos portugueses, mas somente de uma cultura pouco imbulda de valores burgueses.

3. As comemorações do tricentenário de Camões nos Açores.

— Os programas e a participação nos festejos.

As comemorações camonianas nos Açores decorreram nas três capitais de distrito, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta. A imprensa regional tinha sido contactada pela Comissão Executiva de Lisboa para se incorporar nas festas nacionais; dando, em geral, grande destaque ao acontecimento, a imprensa empenhou-se na preparação dos festejos e publicou edições especiais alusivas a Camões no dia 10 de Junho de 1880.

O *Arquivo dos Açores*, no segundo volume publicado precisamente em 1880, apresenta as razões das comemorações³³. O poeta e *Os Lusíadas* são apresentados como símbolo da «nacionalidade portuguesa», «admirável síntese da nossa história», para com o qual tínhamos uma «dívida nacional e sagrada», que se pretende reparar através dos festejos do tricentenário. É também uma oportunidade para cumprir «o dever impreterível de imitar o amor da pátria» e recordar «tão glorioso passado [...] para que nos sirva de incentivo no presente e no futuro». O autor especifica ainda o seu pensamento: «Se não podemos esperar readquirir a brilhante posição que perdemos, se não podemos ser dos primeiros, ao menos

³¹ Godinho, Vitorino Magalhães, *ob. cit.*, p. 177.

³² Weber, Max, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Lisboa, Presença, 1983.

³³ *Arquivo dos Açores*, vol. II, pp. 79-80.

ponhamos diligência em não ser os últimos nas lides do progresso moderno, que exige o lidar constante em todos os campos da actividade humana e o cortejo de todas as virtudes.»

As comemorações são, aqui, apresentadas como manifestação nacionalista e patriótica, capaz de incentivar os portugueses para ocupar o lugar que lhes cabe no mundo moderno. É ao passado que se deve ir buscar o entusiasmo e os exemplos necessários para não desmerecer as glórias alcançadas pelos antepassados: «À sombra da liberdade alcançada por nossos pais, à custa de tantos sacrifícios, pode e deve Portugal moderno tornar-se digno do nome que herdou, e se tem perdidas a maior parte das suas conquistas na Ásia e América, ainda lhe resta a África, campo primeiro das nossas façanhas e descobertas, que jaz inculta e selvagem. Civilizá-la é nobre missão, e justa reparação para aqueles que, primeiro devassando suas costas, tantos males lhe tem causado.» O nome glorioso de Portugal está ligado à expansão e, por isso, a colonização é a tarefa ingente que deve ser realizada pelos portugueses. A afirmação da nacionalidade portuguesa passa, portanto, nesta perspectiva comum no final do século XIX, pela projecção imperialista de Portugal, defendendo os seus «direitos históricos» face ao expansionismo europeu e cumprindo a «nobre missão» em África. A epopeia camonianiana serve de justificação para tais anseios imperialistas.

Portugal, vítima de «dois séculos e meio de obscurantismo sistemático», está reduzido a um «mesquinho estado de decadência», que importa ultrapassar. As comemorações devem servir para despertar a «Nação Portuguesa do longo letargo em que os erros passados a fizeram cair» e elevar o «nome venerando de Portugal».

As ideias expostas, nesta introdução aos programas dos festejos de São Miguel, inserem-se perfeitamente nas intenções que presidiram às comemorações da capital do País, identificando-se com a proposta de Teófilo Braga e com os propósitos da Comissão Executiva de Lisboa.

O jornal *Os Açores*, de Angra do Heroísmo, recebeu a carta da Comissão Executiva de Lisboa, pelo qual foi considerado o órgão oficial das comemorações na Terceira. Este semanário, surgido em 10 de Agosto de 1879, declarava no cabeçalho: «Folha consagrada aos interesses açorianos.» Demonstra ao longo das suas páginas ser independente dos partidos políticos, descentralizador e liberal. Dedicou vários artigos à preparação do tricentenário de Camões e um número especial comemorativo, em 10 de Junho de 1880.

Num artigo, de 13 de Maio desse ano, exprimia a adesão dos Açorianos nos seguintes termos: «O arquipélago açoriano é chamado também à comunhão de tão generosa ideia. Nem podia deixar de o ser. Os Açores, que têm escrito em cada frágua dos seus rochedos o mote solene de independência e liberdade, que nas espumas das suas vagas enviaram o desafio audaz aos galeões de Filipe II, que nas ameias dos fortins ergueram o pendão que agremiou os soldados do Mindelo; os Açores não podiam deixar de ser lembrados pelos nossos irmãos do continente, quando se tratava de uma festa nacional que vai significar ao mundo inteiro o nosso amor entusiástico às glórias passadas e a nossa devoção pela independência e pela liberdade³⁴.»

³⁴ *Os Açores, Folha Consagrada aos Interesses Açorianos*. Angra do Heroísmo, n.º 38, 1.º ano, 13 de Maio de 1880.

É clara a preocupação de mostrar a solidariedade dos ilhéus com o «passado glorioso» e a nacionalidade portuguesa. Contudo, não deixa de dar a sua nota regionalista, lembrando o especial contributo dos Açores para a liberdade e independência nacional. O arquipélago mostra-se orgulhoso desse seu passado, relembado amiúde na imprensa e nos discursos dos deputados regionais; é uma bandeira que serve para evidenciar, por um lado, o apego dos Açorianos à pátria e, por outro, melhor pôr em relevo a ignomínia do esquecimento a que são votados pelo continente.

A imprensa regional do século XIX, que consultámos, refere-se em termos comemorativos, através de edições especiais ou, pelo menos, de bonitos artigos de primeira página, às datas gloriosas da história açoriana: 4 de Março de 1642 marcou o fim do assédio à fortaleza de São Filipe, no Monte Brasil, e a rendição dos espanhóis; 22 de Junho de 1828 foi a data da formação do governo interno de Angra, que apoiava os liberais; 11 de Agosto de 1829 foi a batalha da Praia da Vitória, onde foram derrotados os miguelistas. Estas datas são vistas na dupla expressão de história local e nacional; põem em evidência o «amor da pátria» dos Açorianos, mas também a sua autonomia que os torna capazes de se erguer na luta pela independência e liberdade quando no continente se desfalece (resistência a Filipe II na Terceira e lutas liberais).

Foi, então, dentro deste espírito de identificação com a Nação, quanto ao «passado glorioso», e de solidariedade por um futuro melhor, onde os Açores não sejam esquecidos, que se realizaram os festejos nas capitais dos distritos do arquipélago.

— Os festejos de Ponta Delgada.

Os festejos decorreram nos dias 8, 9 e 10 de Junho na capital do distrito oriental. A Associação Popular, cujo nome passou a ser Associação Popular de Camões, centrou as comemorações em actividades artístico-literárias, com discursos e declamação de poesias «pelas pessoas que quiserem», acompanhadas da exposição do busto de Camões, iluminação das instalações e entrega solene de exemplares de *Os Lusíadas* ao professor da escola da Associação para premiar os melhores alunos.

O Teatro Micaelense também iluminou e decorou especialmente as suas instalações, com lugar de honra reservado para o chefe do distrito e as comissões dos festejos. O espectáculo incluiu declamação de poesias, representações teatrais, música e canto. Foi coroado, no final, o busto de Camões em palco. O produto da receita reverteu a favor das famílias pobres.

A Sociedade Amizade, Recreio e Instrução realizou no dia 10 de Junho o «saraú comemorativo». O discurso de abertura coube a Francisco Maria Supico, na primeira parte, a José Augusto Martins, na segunda, e o de encerramento a Manoel Gomes³⁵. A poesia, a música e o canto preencheram o programa deste

³⁵ Francisco Maria Supico (1830-1911), natural da Lousã, estabeleceu-se em Ponta Delgada, como farmacêutico, em 1852. Foi um jornalista muito activo na imprensa micaelense e também dedicado à política local; ligado aos regeneradores, manteve boas relações com todos os quadrantes. Quanto aos outros intervenientes não encontramos referências.

espectáculo de homenagem a Camões, que deve ter congregado a elite intelectual micalense.

Os espectáculos promovidos por estas casas eram abertos ao público e nos programas previamente anunciados pedia-se a «qualquer cavalheiro» que quisesse proferir discursos, recitar poesias ou executar uma peça de música a «finezza» de dar essa honra à sociedade.

Aos estudantes do liceu coube a parte mais espectacular e, quiçá, de maior impacto popular das comemorações. Pelas quatro e meia da manhã do dia 10 foi lançada uma girândola de foguetes e uma banda tocou a alvorada. Pelas dez e meia a corporação dos estudantes saiu do liceu para os Paços do Concelho, onde se reuniam todas as autoridades — civis, militares e eclesiásticas — e participantes.

Dos Paços do Concelho o cortejo foi ouvir missa por alma do poeta na igreja matriz. Depois dirigiram-se para o Largo da Graça, onde foi descerrado o busto, e o reitor do liceu, presidente da comissão dos estudantes, fez o discurso da comemoração. Outras manifestações culturais compuseram estes festejos: a abertura inaugural do museu e a exposição da colecção camoniana do Sr. José do Canto. O busto era destinado à Biblioteca Pública de Ponta Delgada, para onde foi levado no dia 11, pelas doze horas, por professores e estudantes. Uma iluminação no Largo da Graça rematou a festa.

As comemorações foram da iniciativa de organizações apartidárias e a participação da mocidade foi entusiástica³⁶. Contudo, podemos constatar que as autoridades locais, tanto civis como eclesiásticas, estiveram bem representadas, realizando-se a inevitável missa por alma do poeta. As cerimónias religiosas não constaram do programa da capital nem dos festejos das outras capitais dos distritos açorianos, como veremos.

— Os festejos em Angra do Heroísmo.

Os festejos iniciaram-se com girândolas de foguetes, no dia 10 de Junho, ao toque da alvorada nos principais largos da cidade, cujos nomes recordam a sua história gloriosa — 22 de Junho, 11 de Agosto, Praça da Restauração e monumento a D. Pedro IV. A banda militar e harmónicas percorreram as ruas, a partir dos lugares já referidos. Foi descerrado o busto de Camões nos Paços do Concelho, onde se celebrou uma sessão solene, na qual se procedeu à leitura e assinatura do auto de homenagem à memória do poeta. A iluminação da Praça da Restauração, «jantar» de caridade dos asilos, da infância desvalida, da mendicidade e dos presos da cadeia e um sarau literário nos Paços do Concelho completaram estes festejos.

O jornal *Os Açores* noticia a acta da reunião preparatória dos festejos, realizada na Sociedade Instrução e Recreio³⁷, onde se indica o programa. Coincide com o programa transcrito no *Arquivo dos Açores*, no essencial, só lhe acrescenta uma revista militar na Praça da Restauração e um desfile do grupo de Caçado-

³⁶ *Arquivo dos Açores*, vol II, p. 80.

³⁷ *Os Açores, Folha Consagrada aos Interesses Açorianos*, Angra do Heroísmo, n.º 39, 1.º ano, 20 de Maio de 1890.

res 10, frente ao Paço Municipal, onde estava exposto numa janela o busto de Camões. As salas do Governo Civil estavam ornadas e dispostas do seguinte modo: sala de entrada, sala da indústria, sala da agricultura, sala da história, sala do museu terceirense e sala do sarau, onde estava o busto de Camões. No jardim e salas estavam as sociedades harmónicas e a banda de Caçadores 10. O sarau era aberto a quem quisesse participar, havendo para o efeito uma comissão que inscrevia os interessados.

A Terceira enviou a Lisboa um representante para a «procissão cívica», o Dr. Fernando Rocha, que foi portador de uma coroa de louro e hera, com o dístico «A Ilha Terceira a Camões», confeccionada por senhoras da cidade, para ser deposta na estátua do poeta.

Os festejos de Angra foram menos extensos e completos que os de Ponta Delgada. A organização coube a uma comissão da imprensa, com carácter apartidário; contudo, as autoridades estavam bem representadas e os Paços do Concelho foram o centro das comemorações, o que lhes deu um carácter mais oficial. Não houve cortejo cívico pelas ruas, o que certamente diminuiu a possibilidade de participação popular. Os cidadãos puderam passear na Praça da Restauração, «iluminada à veneziana», após o jantar e, talvez, lembrarem-se que tanta luz se devia à memória de Camões.

— Os festejos na Horta.

Foram organizados pela comissão do Grémio Litterário Fayalense. Ao contrário do que se passou nas outras cidades dos Açores, os festejos da Horta tiveram o seu ponto mais alto num cortejo cívico pelas ruas da cidade. Logo à meia-noite do dia 9 houve desfile da comissão promotora, acompanhado de filarmónicas e grande número de fochos, anunciado por girândolas. No dia 10, um extenso cortejo percorreu as principais ruas da cidade até ao Largo do Marquês de Ávila e Bolama, centro dos festejos, devidamente engalanado com bandeiras, festões e arcos de verdura, onde se encontrava o busto de Camões. O cortejo era aberto e fechado por filarmónicas locais. Estavam representadas todas as autoridades oficiais, encabeçadas pelo poder local, Câmara Municipal da Horta e administrador do concelho, seguido pelas juntas de paróquias e regedores de freguesias, representantes das câmaras municipais dos distritos, Junta Geral do distrito e só na cauda da lista das entidades públicas, onde não faltava o corpo eclesiástico, aparecia representado o governador civil, estêo local do poder central. O corpo consular, professores e alunos, imprensa, corporações dos artistas, comércio e agricultura, asilo da infância desvalida, Misericórdia e asilo de mendicidade, quatro sociedades e os cidadãos que se quisessem incorporar constituíram o grosso do cortejo, que era encerrado pela comissão organizadora dos festejos.

Aqui é notório o cunho popular e mais representativo do cortejo cívico. Contudo, o carácter mais formal e oficial expressa-se bem no facto de o governador civil descerrar o busto de Camões, acompanhado do presidente da Câmara Municipal, e depositar uma coroa de louros na cabeça do poeta e outra aos pés da estátua. Este momento solene foi acompanhado pelo hino faialense, girândolas, repicar de sinos e salvas da fortaleza de Santa Cruz. O resto do cortejo desfilou perante a estátua, onde foram depositadas as coroas das várias corporações presentes. Os estudantes cantaram hinos apropriados e foi lido um auto

comemorativo da solenidade, assinado depois por todos os participantes. Decoração da cidade e navios do porto, iluminação e toque de sinos, grândolas e um tiro de peça de artilharia da fortaleza completavam os festejos.

É de salientar o carácter mais popular destes festejos, que decorreram nas ruas da cidade, sem os saraus literários, certamente só acessíveis à minoria mais culta. Não consta do programa também a missa, apesar de as autoridades civis e eclesiásticas estarem bem representadas. A iniciativa dos festejos e a sua organização não foi oficial; eram comissões eleitas, após reuniões abertas, que as dirigiam; as autoridades distritais integravam-se, por fim, nos lugares de honra.

Os jornais publicitam várias obras, publicadas no continente, dedicadas a Camões; *Os Açores*, jornal já referido, que aceitava inscrições para o livro *Portugal e Camões*, recebeu, conforme lista noticiada, 36 assinantes, onde se incluíam nomes conhecidos da Terceira, sobretudo jornalistas e políticos regionais³⁹. Nota curiosa é o anúncio na imprensa de charutos Camões e de uma criança exposta, de pais incógnitos, encontrada em Angra com um bilhete ao pescoço para lhe chamarem Luís de Camões...

As comemorações possibilitaram um reforço da ideologia e da organização republicana nas ilhas. Em Ponta Delgada foi fundado o Centro Republicano Federal e começou a publicar-se, em 17 de Abril de 1880, o seu órgão semanal — *República Federal*. Em Angra do Heroísmo começou a publicação do jornal republicano *A Evolução*, a 20 de Junho de 1884⁴⁰. Neste aspecto os Açores acompanharam o processo do continente a uma certa distância. As ideias federalistas dos republicanos, descentralizadoras e municipalistas, correspondiam aos anseios dos açorianos que desejavam uma maior autonomia do poder regional.

O Centro Republicano de Ponta Delgada tinha participado nos festejos com a iluminação das suas instalações e a publicação de uma folha especial com retrato litografado de Camões. O republicanismo começava a ganhar alguma implantação nas ilhas, sob a influência do continente.

— O discurso patriótico nas comemorações camonianas nos Açores.

O discurso patriótico nas comemorações açorianas articula-se em torno de dois temas centrais: a vida e obra de Camões e a história nacional. Ambos os temas são tratados de forma estereotipada, obedecendo ao padrão que foi comum na época. Camões é, então, apresentado do seguinte modo:

1) Símbolo da nacionalidade portuguesa, perfeitamente identificado com a sua trajectória histórica — «Camões identifica-se com a vida de Portugal. Foi como ele guerreiro e soldado. Como ele se afastou das antigas praças de África para as longínquas regiões do rico Oriente. Lá esteve muitos anos da sua vida, lá compôs a sua epopeia, lá perdeu as suas forças, de lá veio morrer a Portugal com a nossa nacionalidade.»⁴⁰;

³⁹ *Ibidem*, n.º 41, 1.º ano, 3 de Junho de 1880.

³⁹ *A Evolução*, Angra do Heroísmo, n.º 1, 1.º ano, 20 de Junho de 1884.

⁴⁰ *O Correio Michaelense, Órgão do Partido Popular e Progressista*, Ponta Delgada, n.º 98, 2.ª série, ano XXXIV, 10 de Junho de 1880.

2) «Poeta épico», «morto [...] na miséria», heróico defensor e mártir da pátria⁴¹. «Morrer, morrer por ela que o exilara, que lhe fora madrastra sempre; que lhe não dera a alegria do lar nas doces intimidades do amor; morrer por ela agora era contrair-se um crédito à altura da sua grande alma. [...] A mão, que no berço o tocou com o condão do génio, parece tê-lo vinculado à desgraça, como a um grilhão de que nem a morte o remiria.»⁴²;

3) A obra do poeta, *Os Lusíadas*, é um monumento, comparável a outros representativos da nossa história — «Fala-nos a Batalha da nossa independência; os Jerónimos da nossa navegação; *Os Lusíadas* da nossa nacionalidade. Aqueles monumentos são sólidos e duradouros — este é vivaz e imortal.»⁴³;

4) *Os Lusíadas* são ainda um poema universal — «[...] *Os Lusíadas* são o imortal poema de um povo guerreiro e valoroso, também é o poema da humanidade, para cuja civilização mais contribuiu Portugal, com a notável navegação para a Índia e com o estabelecimento do cristianismo nas regiões onde imperava o obscurantismo e a barbárie.»⁴⁴;

5) Camões ombreia com os nossos maiores heróis, donde sobressaem Vasco da Gama e Afonso de Albuquerque — «Vasco da Gama, o descobridor da Índia, Camões, o cantor do grande navegador, têm os seus nomes ligados pelos laços mais fortes. Ambos grandes, ambos heróicos, ambos imortais, elevando-se pela força individual, pela dedicação patriótica e pela coragem individual.

[...] Afonso de Albuquerque, o grande guerreiro, o conquistador de Ormuz, de Goa e de Malaca, o terror da Índia, infeliz como Camões, perseguido, como quase todos os homens superiores, pelas mediocridades invejosas, como ele morreu sem prémio, como ele naufragou, quando acabava de prestar um assinalado serviço à Pátria.»⁴⁵;

6) O poeta é, por fim, um símbolo de progresso — «Camões foi o filho da Renascença, essa grande escola do século XVI, que nas artes, nas letras e na política fez ressurgir do abatimento medieval a natureza humana, como que ferida por uma descarga eléctrica. Três factos históricos se opuseram, porém, a que o nosso renascimento acompanhasse a grande evolução social — a dominação de Castela, o governo enervador de D. João V, e a invasão francesa, seguida da perda do Brasil»⁴⁶.

Camões, erigido às alturas, torna-se uma peça fundamental dos nossos mitos-pátrios, precisamente em 1880. Por isso, o 10 de Junho tem permanecido uma data solene e intocável. A dimensão grandiosa do poeta e da sua obra funciona também como redimidora da pequenez, da mediocridade e das desgraças da nação.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² *O Angrense, Folha do Partido Progressista Terceirense*, Angra do Heroísmo, 10 de Junho de 1880.

⁴³ Homenagem da Sociedade Amizade, Recreio e Instruções, *Camões*, Ponta Delgada, 10 de Junho de 1880.

⁴⁴ *A União, Folha Semanal Dedicada a Todos os Interesses Sociais*, Horta, n.º 4, ano 3.º, 10 de Junho de 1880.

⁴⁵ *O Correio Michaelense*, número citado.

⁴⁶ Caetano d'Andrade Albuquerque, *Fiat Justitia*, in Homenagem da Sociedade Amizade, Recreio e Instrução a Camões, Ponta Delgada, 10 de Junho de 1880.

Mas a fama portuguesa
N'este século de torpeza,
Só tem por toda a grandeza,
A Camões por pedestal!⁴⁷

O discurso sobre a história nacional também segue um estereótipo, que ficou bem expresso no jornal *Ecco Michaelense*, num artigo do colaborador em Lisboa, o republicano Costa Godolphim⁴⁸. Nele se defende a ideia de um processo marcado por três períodos sucessivos:

- 1.º «O seu primeiro período fo' de guerras heróicas, d' um valor inexcedível, de uma grande tenacidade de crenças»;
- 2.º «Depois como se o gigante não coubera no espaço que tinha, procura a vastidão dos mares; dobra o Cabo da Boa Esperança, descobre a Índia e mostra ao mundo como uma nação pequena sabe, querendo, ser grande, e como se conquista uma brilhante página da história da humanidade. Então começa o período glorioso de Portugal; era um reino feliz e invejado.»;
- 3.º «Ao período glorioso sucedeu a decomposição do cadáver social, que o luxo, o desregramento dos costumes, a falta de brios levou uma nação gloriosa a rasgar o seu pendão.»

O passado glorioso é seguido de um presente de decadência. O autor prossegue, antevendo um futuro brilhante, de que as comemorações são o anúncio: «As festas do tricentenário têm uma alta significação política; não se glorifica somente a memória do nosso grande poeta; mas há a concepção da nossa individualidade, há a consciência dos nossos direitos, há as esperanças de que o trabalho e a ciência nos elevem. A sociedade portuguesa está-se preparando para uma grande transformação; sente hoje em si o germen de um grande pensamento; vê num futuro o ideal das suas aspirações, mesmo sem querer, quase impellido por um instinto da sua dignidade, da sua conservação, trabalha para ele, busca-o como a miragem dulcíssima dos seus sonhos! Esse íman que o atrai é a República, é o Direito, é a Justiça!»

O Dr. Francisco Pereira de Athayde, micaelense distinto que pugnou pela descentralização política e foi eleito deputado autonomista em 1894⁴⁹, dá uma nota diferente, mais moderada, quicá mais representativa do grupo dominante açoriano: «Que os mais videntes me perdoem a miopia, mas esta agitação em volta do nome de Camões — síntese da nossa nacionalidade — se pode ser uma revivescência pode também ser o último sinal de vida. [...]

Que é necessário pois para revivermos? Proclamar a República, respondem alguns. Seja esse o ideal, mas antes os meios de o realizar.

Instruamos o povo. [...] Dissipem-se as trevas, faça-se luz no espírito do povo português. Seja esta a Santa Cruzada da actual geração e convictos e animados

⁴⁷ Luiz Augusto Palmeirim, «Poema em Honra de Camões», in *Ecco Michaelense, Do Povo pelo Povo*, Ponta Delgada, n.º 512, 10.º ano, 10 de Junho de 1880.

⁴⁸ Costa Godolphim, «Luiz de Camões», *Ecco Michaelense*, número citado.

⁴⁹ Comissão Autonomica de Ponta Delgada, *Photogrevuras Litterárias*, Ponta Delgada, 1895.

de amor pátrio, de que tantos exemplos encontramos na vida de Camões, e no seu imortal poema, esperemos tudo da Evolução, que a História nos ensina a tudo temer da Revolução⁵⁰.»

A República é um ideal divulgado nos Açores, mas o espectro da Revolução assusta a elite açoriana, que prefere as reformas e a evolução mais gradual: «Hoje, que a verdadeira renascença chegou ao nosso país, varrendo-lhe os preconceitos ao sopro de uma arte naturalista, de uma filosofia positiva e de uma sociologia de reformadora evolução, a sociedade portuguesa acorda do letargo de 300 anos, como fénix ressurgida das próprias cinzas; é pois este o momento histórico de toda uma renovação social entre nós⁵¹.» O autor deste artigo é o Dr. Caetano d'Andrade Albuquerque, agrário e eminente político local, do Partido Progressista, que também fez parte da Comissão Autonomica de Ponta Delgada, em 1893.

O discurso político, que acompanha as comemorações nos Açores, traduz a necessidade de profundas reformas da sociedade portuguesa. Não constitui, portanto, uma nota discordante do grande coro nacional que se elevou com o tricentenário do poeta. Mas sobre os modos de concretizar essas reformas havia ideias vagas e assaz divergentes. No arquipélago, a República começou a afirmar-se e a adquirir mais adeptos, durante a década de 80 do século XIX.

O tom patriótico dos festejos açorianos foi exaltado, não se esquecendo de salientar o contributo especial dos ilhéus para as glórias nacionais: «Nunca os açorianos foram indiferentes aos notáveis acontecimentos nacionais. Ceuta, Madeira, Açores foram o início do grande ciclo das nossas glórias marítimas. As caravelas e os navegadores de D. Henrique fazendo surgir do ignoto estas ilhas lançaram nelas, com os primeiros povoadores, os gérmenes das gerações que em todos os tempos se têm sabido exaltar pelo seu acrisolado patriotismo. [...]

Em 1580, como em 1640, com o sangue dos açorianos se escreveram as mais belas páginas da sua heroicidade e do seu patriotismo. [...]

Suplantadas pelo despotismo as conquistas da primeira revolução liberal, aqui, nos Açores, se levantaram invencíveis redutos sobre os quais se hasteou, se defendeu e se fez vencedor o pendão dos livres [...]⁵².»

A consciência da sua nacionalidade portuguesa alia-se ao fervor patriótico, diversas vezes demonstrado na história açoriana, através de sacrifícios do «sangue e de fazenda», que devem ser reconhecidos e compensados pela Pátria. O patriotismo dos Açorianos inclui, portanto, desde cedo, a defesa da sua terra natal em relação ao continente; a consciência de uma diferença e uma vontade de afirmar os seus direitos no contexto da Nação.

4. Conclusão.

As comemorações do tricentenário foram uma grande manifestação de nacionalismo, através da exaltação do «passado glorioso» dos portugueses, que os

⁵⁰ Francisco Pereira Athayde, *Revivemos ou não?*, in Homenagem da Sociedade Amizade Recreio e Instrução a Camões, Ponta Delgada, 10 de Junho de 1880.

⁵¹ Caetano d'Andrade Albuquerque, artigo citado.

⁵² *Os Açores e o Terceiro Centenário de Luiz de Camões*, Ponta Delgada, 10 de Junho de 1880.

projectou para fora dos limites do seu território à conquista do mundo e da glória. Camões foi apresentado como o símbolo da nacionalidade e dessa «cidade de ouro» da nação portuguesa, em que abrimos os caminhos dos mares e mostrámos ao mundo a nossa força.

Foram também uma manifestação de descontentamento face ao presente de «apagada e vil tristeza...», contra a decadência da Nação e, por conseguinte, contra o regime político vigente. Na capital assumiram-se atitudes de contestação, como o silêncio dos estudantes quando passaram pela tribuna real e a pateada do retrato do monarca, no Coliseu; nos Açores, as autoridades regionais integraram os cortejos em lugares de destaque e estiveram nos actos simbólicos mais significativos. Se bem que a iniciativa e organização estivessem a cargo das comissões apatidárias, as entidades civis, militares e eclesiásticas solidarizaram-se com os festejos, que assumiram, assim, um carácter mais oficial; enquanto na capital o rei e o governo não se incorporaram no cortejo e o clero se manteve à margem da festa que empolgava as ruas de Lisboa.

As comemorações camonianas foram uma festa cívica e nacional; o seu objecto foi a exaltação da nacionalidade e congregaram todos os sectores da sociedade portuguesa, numa ampla demonstração de solidariedade em torno de Camões, símbolo da Nação.

A unidade nacional, construída à volta do poeta de *Os Lusíadas*, expressava o mal-estar dos portugueses em relação ao presente, mas não significava uma identidade quanto às soluções para tal situação. O republicanismo saiu reforçado porque era uma alternativa para o regime monárquico, gasto e decadente, contudo não agregava ainda largos sectores da sociedade portuguesa. Nos Açores, o grupo dominante, composto por agrários, grandes comerciantes e membros de profissões liberais, desejava reformas e, sobretudo, uma melhoria da situação açoriana, mas desconfiava das mudanças revolucionárias. A República não era, por isso, a sua opção imediata. Os sectores mais radicais, pequena burguesia de serviços e os «artistas» agrupados nas diversas corporações e sociedades das cidades, começavam, então, a despertar para uma política mais autónoma das tutelas tradicionais. A fundação do Centro Republicano de Ponta Delgada e dos periódicos republicanos é a expressão dessa progressiva evolução.

Os Açores integraram-se nos festejos nacionais e reflectiram o quadro geral do País. Festejaram a nacionalidade através de Camões e elevaram-se em exaltação patriótica. Um patriotismo que não se esquecia, em nenhum momento, de lembrar o contributo dos Açorianos para a história nacional, os sacrifícios de «sangue e fazenda» e, por conseguinte, o seu direito à atenção da mãe-pátria para a resolução dos seus problemas.

Maria Isabel João

Fontes:

Arquivo dos Açores, vol. II, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1980, reprodução fac-similada pela edição de 1880. Contém os programas das comemorações em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Horta e na vila da Ribeira Grande (São Miguel), respectivamente nas pp. 79-84, 165-168 e 293-295.

Jornais:

Os Açores, Folha Consagrada aos Interesses Açoreanos, Angra do Heroísmo, 1.º ano, vários números de 1880.

O Angrense, Folha do Partido Progressista Terceirense, 10 de Junho de 1880.

Correio Michaelense, Órgão do Partido Popular e Progressista, Ponta Delgada, n.º 98, 2.ª série, ano XXXIV, 10 de Junho de 1880.

Ecco Michaelense, Do Povo pelo Povo, Ponta Delgada, n.º 512, ano 1.º, 10 de Junho de 1880.

O Fayalense, Horta, n.º 41, ano 32.º, 16 de Maio de 1880.

A União, Folha Semanal Dedicada a Todos os Interesses Sociais, Horta, n.º 4, ano 3.º, 10 de Junho de 1880.

O Velense, Jornal Político, Agrícola, Comercial e Noticioso, São Jorge, n.º 13, 1.º ano, 10 de Junho de 1880.

Estes jornais foram consultados na Biblioteca Nacional, Secção Camoniana, excepto *Os Açores*, que foi visto no Arquivo de Angra do Heroísmo,

Outras publicações:

Homenagem da Sociedade Amizade, Recreio e Instrução a Camões, Ponta Delgada, 10 de Junho de 1880. Foi consultado no Arquivo de Angra do Heroísmo.

Bibliografia

- BEBIANO, Rui, «O 1.º Centenário Pombalino (1882). Contributo para a sua compreensão histórica», in *Revista de História das Ideias*, tomo II, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, 1982-1983.
- BRAGA, Teófilo, *Camões e o Sentimento Nacional*, Porto, Casa Editora Lugan & Genelioux Succeores, 1891.
- *Os Centenários como Síntese Afectiva nas Sociedades Modernas*, Porto, Tip. A. T. da Silva Teixeira, 1884.
- «O centenário de Camões em 1880», in *Revista de Philosophie O Positivismo*, dirigida por Teófilo Braga e Júlio de Mattos, 2.º vol., Porto, Livraria Magalhães & Moniz, Editores, 1880.
- CAILLOIS, Roger, *O Homem e o Sagrado*, Lisboa, Edições 70, 1979.
- DUVIGNAUD, Jean, *Fêtes et Civilizations*, Gênevê, Librairie Weber, 1973.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 2.ª ed., Lisboa, Arcádia, 1976.
- GOMES, Maria Eugénia Reis, *Contribuição para o Estudo da Festa em Lisboa no Antigo Regime*, Lisboa, Instituto Português do Ensino a Distância, 1985.
- MAUSS, Marcel, *Sociologia e Antropologia, Esboço de Uma Teoria Geral da Magia*, vol. I, São Paulo, Edições da Universidade de São Paulo, 1974.
- MONTALVOR, Luís de, dir. de, *História do Regimen Republicano*, vol. I, Lisboa, Empresa Editorial Ática, 1932.
- OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal*, vol. II, 2.ª ed., Lisboa, Palas Editores, 1976.
- OLIVEIRA MARTINS, *Portugal Contemporâneo*, 2.º vol., 3.ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1979.
- SERRÃO, Joel, dir. de, *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Iniciativas Editoriais, s. d.
- Os seguintes artigos:
- Progressista, partido, pp. 189-191;
 - Regeneração, pp. 251-256;
 - Regenerador, partido, pp. 256-257;
 - Republicanismo, pp. 285-294;
 - Republicano Português, partido, pp. 294-303.

